

ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO EM MANAUS, AMAZONAS - BRASIL: VALORAÇÃO ECONÔMICA EM SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA¹

WATER AND SANITATION SERVICES IN MANAUS, AMAZONAS - BRAZIL: ECONOMIC VALUATION IN PUBLIC UTILITY SERVICES

Cristiane Fernandes de OLIVEIRA*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de discutir a questão da preponderância da valoração econômica da água, que se concretiza por meio do modelo de privatização dos serviços de saneamento básico, tomando como objeto de análise, resultados de pesquisa de doutoramento sobre o caso de Manaus/AM, defendida na Universidade de São Paulo. Neste contexto, avalia-se o processo de concessão dos serviços em Manaus à iniciativa privada, considerando o balanço dos impactos sociais e ambientais que envolvem o acesso à água potável bem como a evolução dos serviços de coleta e o tratamento de esgotos na área urbana deste município. Busca-se assim, compreender a partir das novas estratégias financeiras e de expansão de novos negócios associados à água em um contexto mundial, como a valoração econômica da água tem ditado as políticas públicas de saneamento.

Palavras-chave: Água, saneamento básico, privatização, valoração econômica.

Abstract: The aim of this article is to discuss the question about the preponderation of water economic valuation, concretized by the privatization model of the utilities services, taking as the focus of the analysis the results of a doctorate thesis, developed at University of São Paulo. In this context, the utility services concession process to the private initiative in Manaus is evaluated, considering the balance of social and environmental impacts involved in the access to the water supply and sanitation services in the urban area. Looking forward the comprehension, from the point of view of the new financial strategies and the spread of the new business associated to the water in a global context, how the economic valuation of the water has ordered the sanitation public policies.

Key-words: Water, sanitation services, privatization, economic valuation.

Introdução

A discussão sobre a água nos últimos 20 anos tem esbarrado invariavelmente na questão da escassez. Autores como Rebouças, Braga e Tundisi (1999), Tundisi (2003) e Rebouças (2004), bem como relatórios do Banco Mundial (1993) têm abordado a questão do crescimento das pressões sobre os recursos hídricos ao mesmo tempo em que os mananciais são deteriorados, evidenciando conflitos de uso e a ampliação das possibilidades de escassez quantitativa e qualitativa.

¹ Parte da pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo, com apoio da FAPESP.

* Possui doutorado e mestrado em Geografia Humana na USP, bem como é licenciada e bacharel na mesma instituição. É professora efetiva na Universidade Federal de Sergipe. Possui experiência na área ambiental, possuindo linhas de pesquisa em Recursos Hídricos, Avaliação de Impacto Ambiental e Resíduos. E-mail cfolive@hotmail.com.

Em relação ao acesso à água, outros autores como Gerlak (2006), Clarke e King (2005), Ribeiro (2003), Baeva (2002), Turton (2000) e Renner (1989) mostram quão distante ainda estamos da equidade e universalidade, sustentando-se os conflitos existentes e potencializando-se novos.

Apesar de concordarmos com o fato de que os conflitos em torno do uso da água tenham tendência a se acirrar e se tornar cada vez mais intensos, deve-se notar que estes conflitos são também expressos de outras formas, além da face de guerra declarada, o que muitas vezes escamoteia a urgência da necessidade de intervenção.

A luta pelo acesso e controle sobre a água por parte de interesses públicos e privados em Manaus – Amazonas – Brasil é considerada, neste trabalho, como expressão de conflito, apesar de, em última instância, os serviços privados terem sido contratados para atender aos interesses públicos.

Para a compreensão desse aparente paradoxo, faz-se necessário um pequeno resgate sobre a questão da valoração dos serviços de saneamento básico no Brasil.

Em finais da década de 1980, o Brasil apresentava um quadro de acúmulo de déficits em saneamento básico, especialmente no que concerne a coleta e tratamento de esgotos, resultado de políticas centralizadoras de investimentos que priorizaram a expansão das redes de abastecimento em detrimento de investimentos em coleta e tratamento de esgotos. Este poder de gestão centralizava-se nos governos estaduais e os serviços eram responsabilidade das Companhias Estaduais de Saneamento.

Neste período ainda, no âmbito mundial, algumas poucas e poderosas empresas iniciavam-se no mercado de capitais, a partir da liberalização do mercado financeiro, possibilitando a emissão de títulos negociáveis em curto prazo e ampliação da intervenção de empresas no mercado monetário, como infere Serfati (1998).

Estes fatores, juntamente com a idéia de escassez da água, que amplia o valor sobre este bem, impulsionaram os grandes grupos privados transnacionais a dirigirem ações em prol da obtenção de serviços relacionados à água e a transformação da água em um *commoditie*, ou seja, em uma mercadoria passível de negociação.

Além disso, o início da década de 1990 no Brasil foi marcado pela renegociação da dívida externa e pela discussão acerca da adequação do aparelho do Estado, ao discurso neoliberal que defendia a redução de responsabilidades do Estado, por meio da transferência das mesmas à iniciativa privada. Assim, as pressões externas e das agências multilaterais para a adoção do “Estado mínimo” como moeda de troca da possibilidade de renegociação da dívida, bem como as medidas internas adotadas de fechamento das possibilidades de financiamento do setor público, resultaram na privatização de inúmeras empresas públicas e na abertura da concessão privada para prestação de serviços na área do saneamento básico.

Entre algumas das empresas do setor de saneamento básico que ingressaram no Brasil nesta conjuntura, destaca-se o caso do grupo Suez, que em 1995 assumiu os serviços de saneamento básico em Limeira-SP.

Sendo denominado na época “*Lyonnaise des Eaux*” o grupo Suez criou a empresa “Águas de Limeira” para atuar em Limeira-SP e, em 2000, assumiu os serviços em Manaus, Amazonas – Brasil, por meio da obtenção da concessão por 30 anos dos serviços de saneamento, criando a empresa denominada “Águas do Amazonas”.

É importante ressaltar que embora o mesmo grupo controle as duas empresas nas duas localidades brasileiras, há fortes diferenças no desenvolvimento do setor em Limeira e Manaus, tendo em vista não somente as diferenças de poder aquisitivo existente e, portanto, de capacidade de pagamento da população e de inadimplência, mas também quanto ao histórico de desenvolvimento do setor antes da privatização, conforme discute Justo (2004).

Segundo o mesmo autor, Limeira apresentava-se previamente organizada no que diz respeito à sua capacidade de expansão dos investimentos no setor a partir da conjunção de esforços entre a prefeitura e interesses privados locais, o que de certo modo, contribuiu para os imediatos resultados positivos apresentados posteriormente pela empresa concessionária.

Deste modo, permanece a dúvida sobre qual seria a evolução dos serviços em Limeira se o governo municipal ainda fosse a responsável pelos serviços, afinal antes da concessão havia indicação de que os mecanismos de desenvolvimento do setor estavam sendo implantados pelo órgão público responsável. Assim, conforme observado por Justo (2004) as soluções adotadas com a participação ativa dos representantes do setor produtivo local no financiamento do tratamento dos esgotos já obtinham sucesso antes da concessão, indicando que esta foi impulsionada mais em função do alinhamento, do então prefeito, às políticas neoliberais do que por falta de alternativa propriamente dita.

Como as forças políticas se alternavam no governo de Limeira, não é possível prever se haveria continuidade nos investimentos em saneamento, o fato é que em 1995 houve a concessão dos serviços ao grupo privado transnacional, seguida de alguns anos de contestação na justiça. Isto resultou em congelamento das tarifas, acompanhado de congelamento dos investimentos em saneamento por parte da nova empresa concessionária (Águas de Limeira) que resultou quatro anos de atraso no cumprimento das metas de investimentos no setor.

Quando os aumentos de tarifas foram autorizados os investimentos retomaram o ritmo de crescimento, contudo, grande parte da população (a de menor renda) sofreu as consequências não sendo incluída no programa de subsídios, como exposto por Vargas e Lima (2004).

Os dados de 2007 do SNIS mostram que Limeira apresenta bons índices de coleta de esgotos e tratamento de esgotos (respectivamente 89% e 78,5%) quando comparados aos índices nacionais. As tarifas, também, estão compatíveis com as cobradas em outros municípios da região. Isto, possivelmente se deve ao maior controle sobre as questões relativas à qualidade da água na região, já que Limeira se insere na Bacia do rio Piracicaba, que mantém um dos comitês de Bacia mais atuantes no território brasileiro.

Em Manaus a história mostra que antes da atuação privada, os serviços estavam sob responsabilidade da Companhia Estadual do Amazonas, denominada COSAMA, que mantinha investimentos principalmente no setor de abastecimento, mas com déficits já visíveis no que concerne ao esgotamento e tratamento sanitário (ver gráfico 1).

O que chama à atenção é que mesmo apontando acúmulo de déficits de serviços e alta inadimplência no pagamento pelos serviços, por parte da população local, a concessão foi alvo de interesse de diversos grupos que a disputaram em leilão público.

A princípio causa estranhamento o forte interesse na obtenção da concessão dos serviços de uma empresa que acumulava déficits em investimento, que se apresentava precária em relação à sua estrutura física, que apresenta baixa expectativa de lucro devido ao baixo poder aquisitivo dos potenciais usuários e alta inadimplência no que se refere as tarifas cobradas, mas uma análise mais aprofundada mostra que as oportunidades geradas pelo controle de gestão da água podem explicar esta aparente contradição.

Para se compreender os mecanismos que movimentam esta lógica é necessário que se aprofunde a discussão da valoração da água.

A valoração da água e a primazia econômica

A busca por respostas às questões que envolvem a problemática do acesso à água tem implicado em duas formas de se compreender e valorar este bem.

Na primeira o juízo de valor está alicerçado na educação e no desenvolvimento da consciência dos impactos da ação humana no meio ambiente, buscando alternativas mais equilibradas de uso da água. A modificação nos padrões de consumo a partir da conscientização pela educação e a idéia da água como bem comum são bases desta forma de valoração. Em suma, nesta concepção, a educação e consciência sobre a importância da água reflete diretamente na economia e qualidade deste bem.

A outra forma de valoração está alicerçada na economia e busca-se controlar o consumo de água por meio do preço. A água nesta concepção é considerada um recurso econômico e assim é defendida principalmente pela corrente teórica neoliberal.

Sobre a questão do uso da via econômica como instrumento educativo Martins (2004: p.76-77) também se pronuncia criticamente em relação à cobrança da água no setor agrícola, afirmando ser um “pressuposto conceitualmente inconsistente”, já que não seria possível aos usuários deste setor “incorporar automaticamente a dimensão ambiental sob um padrão unívoco de racionalidade”. Da mesma forma lembra Valêncio e Martins (2003: p.22) que a “economia neoclássica despreza, em seu formalismo, elementos relevantes da economia social (...)” que seriam responsáveis, por sua vez, pela determinação de preços e pela influência dos comportamentos de mercado (Martins & Valêncio, 2001). Isto não poderia ser diferente, já que conforme Valêncio e Martins (2003: p.29) “as formas de interação entre sociedade e natureza são estabelecidas historicamente sendo, portanto, produto de interesses e ações sociais contraditórias e conflitivas”.

Apesar destas considerações, sob o aspecto das políticas de saneamento básico a valoração econômica da água é a que mais tem sido enfatizada e, sendo assim, a adoção de medidas que propõem cobrança pela água e a transferência dos serviços de gestão às empresas privadas são as que têm recebido maior atenção.

É importante lembrar que foi a corrente neoliberal que consagrou a valoração econômica da água, instituindo não somente a idéia de cobrança pelo uso da água em si, mas, principalmente, a idéia de que o Estado deveria ser desonerado da incumbência de gestão dos serviços relacionados a ela. Portanto, a concepção de valoração econômica da água está associada não somente a tentativa de viabilização dos investimentos necessários à garantia da qualidade e quantidade de água e a ampliação do seu acesso às populações, mas, também, à viabilização da ampliação e expansão do capital privado.

Dentre os interesses privados os grupos transnacionais, na última década, têm expandido seu território de atuação na prestação de serviços de infra-estrutura e em especial, têm se dedicado às atividades relacionadas à água.

O que se verifica em grande parte dos países dependentes financeiramente é que as políticas públicas do setor de saneamento básico nem sempre têm alcançado seu objetivo prioritário que é o de universalização do acesso, da elevação da qualidade e também do alcance da modicidade das tarifas e taxas aplicadas. Isto se deve principalmente à dificuldade de financiamento dos investimentos necessários que o setor requer.

Tomando como exemplo o caso brasileiro pode-se dizer que durante muitos anos os serviços de saneamento básico foram efetuados pelo poder público com investimentos que possuíam baixa taxa de retorno ou mesmo ocorriam a fundo perdido.

Esta forma de atuação, por sua vez, tem sido criticada pela corrente neoliberal que apregoa a superioridade da atuação privada sobre as instâncias públicas. No entanto, no que diz respeito aos serviços de saneamento básico a atuação privada ao buscar o incremento da taxa de retorno pode também demonstrar seu lado negativo, induzindo ao esgotamento das reservas de água em virtude da super-exploração ou excluindo a população mais empobrecida em virtude da super-taxação, como alerta Castro (1999).

Os riscos supracitados já ultrapassaram a barreira da potencialidade para pertencer à realidade de diversos países, como o da Argentina, que apresentou grande evolução das taxas cobradas pelos serviços sem que houvesse acompanhamento de investimentos no setor. Do mesmo modo, pode-se citar o caso da concessão boliviana, como discute Sant'anna (2005), que gerou indignação e assunção dos serviços por parte do Estado, após anos de acúmulo dos déficits em investimentos por parte da empresa privada concessionária.

O caso mais escandaloso, no entanto, ocorreu na Costa dos Golfinhos, na África do Sul, recordado por Pauw (2003), quando a empresa concessionária decidiu cortar o abastecimento de populações pobres inadimplentes. Assim, os déficits gerados pelo abandono de investimentos e a contaminação dos cursos d'água, aliado ao corte de suprimento no abastecimento levou à busca de água em riachos contaminados e eclosão de um surto de cólera que se disseminou rapidamente implicando em morte de centenas de pessoas.

Cabe observar que as populações mais empobrecidas economicamente são as mais afetadas em relação à adoção da valoração econômica da água como parâmetro norteador das políticas públicas, sofrendo com os cortes de abastecimento e com o abandono no que diz respeito à ausência de investimentos. Este parece ser um mecanismo já conhecido na qual, segundo Acsehrad; Mello e Bezerra (2009) os setores minoritários e economicamente mais empobrecidos sempre são os mais onerados no que diz respeito às questões socioambientais.

Medidas como as tomadas pela empresa na Costa dos Golfinhos, com desligamento do abastecimento por inadimplência, ou mesmo abandono de investimento em áreas mais pobres mostra total desconsideração sobre a problemática social local, bem como evidencia descaso em relação à extensão dos riscos envolvidos no que diz respeito à saúde pública, que não se limitam somente ao âmbito local.

Torna-se frágil, ainda, a idéia de que a valoração econômica da água induz a um uso mais equilibrado ou mesmo "sustentável", já que há diferenças extremas de capacidade de pagamento por parte das populações usuárias dos serviços, o que dificulta uma padronização do significado de valor. Assim, não é possível afirmar que quem não pode pagar pelos serviços não valoriza a água, bem como não se pode afirmar que quem tem alto poder aquisitivo é um usuário consciente.

Outra questão a ser colocada diz respeito ao comprometimento da qualidade da água devido à ausência em investimentos em coleta e tratamento de esgotos, que tem encarecido ainda mais o processo de tratamento da água de reservatórios, sem falar na perda irreparável de alguns deles para fim de abastecimento.

Neste sentido, tomando o caso da cidade de Manaus como exemplo, pode-se afirmar com base em trabalho desenvolvido pela Fiocruz em 2005, que praticamente todos os igarapés urbanos encontravam-se contaminados por esgotos domésticos e por inadequação de estrutura de escoamento de drenagens das águas pluviais. Também, de acordo com Silva (2001) muitos poços em Manaus encontram-se contaminados pela ausência de monitoramento ou proteção sanitária. É importante notar que em Manaus, os poços tubulares, também denominados "artesianos" ou "semi-artesianos" aproveitam a grande ocorrência de água dos Sistemas de Aquíferos Arenito Alter do Chão e Barreiras, existentes na Bacia Sedimentar do Amazonas, e os mesmos, segundo o autor, estão suscetíveis a contaminação que se infiltra rapidamente nas camadas mais superficiais do solo. Nos períodos de maior pluviosidade o nível do lençol freático sobe alcançando estas camadas e, por conseguinte os contaminantes, provocando assim, a poluição dos recursos subterrâneos e dos poços que deles se alimentam.

A ausência de estrutura de abastecimento em vários bairros da cidade, principalmente nas porções Norte, Nordeste e Leste têm induzido grande parte da população a consumir água de poços, que por sua vez implica na propagação de doenças veiculadas pela água, como as gastroenterites, a amebíase, o cólera, entre outras.

Alguns autores, como Gleick (1996) procuraram avançar nas discussões sobre a necessidade de definição e cumprimento de parâmetros mínimos para a garantia do acesso à água, principalmente em relação às comunidades mais empobrecidas economicamente.

O acesso da água em áreas urbanas também é fator de preocupação, já que nessas áreas, em geral, não há fontes alternativas ao acesso por meio das redes de abastecimento e este serviço que inclui captação, tratamento e distribuição é cobrado dos usuários por meio de tarifas ou taxas. Contudo, nas zonas supracitadas da cidade (N, L e NE) as redes não atendem toda a população, os serviços são deficitários quanto à qualidade ou regularidade e, há outras localidades em que grandes parcelas da população não são capazes de arcar com o custo destes serviços apesar da necessidade de consumo.

Nestes casos há necessidade de se garantir o suprimento de água em um mínimo necessário à manutenção das atividades que garantam a sobrevivência destas populações incluindo-se consumo de água para alimentação e higiene, como expõe Gleick (1996).

Estas discussões e preocupações com a qualidade, distribuição e acesso à água certamente são importantes para compreendermos a complexidade em torno da temática, já que os serviços de saneamento básico não são apenas serviços que resultam em conforto e melhoria das condições sociais, mas são serviços que proporcionam segurança no que se refere às relações políticas e à saúde pública.

Por meio das estatísticas publicadas pela Organização Mundial da Saúde é possível inferir que aproximadamente 1,6 bilhões de habitantes residentes de áreas urbanas não possuem acesso à água tratada. Por meio da mesma base de dados é possível afirmar que os países que possuem mais de 20% da população vivendo com menos de U\$1.00 por dia apresentam também baixos índices de acesso aos serviços de saneamento básico. Ainda, segundo dados da OMS em 2002, cerca de 2,6 bilhões de pessoas não tinham acesso a sanitários ou rede de esgotos em suas habitações. Estes dados indicam não só a exclusão a um direito social essencial como também grande potencialidade de comprometimento da saúde no âmbito mundial.

Segundo dados divulgados pela revista Solví (2010), ligada à própria empresa Águas do Amazonas como controladora indireta, ao completar 10 anos de serviços a empresa apresentava 88% da população urbana desatendida quanto aos serviços de coleta e tratamento de esgotos o que implica, de acordo com o Censo 2010 do IBGE em uma população de 1.578.206 habitantes. Quanto ao abastecimento de água, também cerca de 70.000 habitantes ficaram de fora das redes de serviços.

Além da exclusão aos serviços de saneamento básico implicar em crescente risco de disseminação de doenças veiculadas pela água a ausência ou ineficiência de serviços de saneamento básico também exacerbam a pobreza, levando a um ciclo vicioso de exploração e de manutenção da condição de subcidadania.

Oportunidades e conflitos

Tendo em vista que, no que concerne às questões difundidas sobre a evolução do uso da água, as possibilidades de escassez e o aumento das demandas adquiriram uma dimensão importante no mundo contemporâneo e que a água passou a ser cada vez mais valorada economicamente, o poder de gestão sobre este bem passou a ser estratégico. Deste modo, a gestão da água passou a ser uma importante via de negócio para os grandes grupos econômicos privados no mercado financeiro, o que tem induzido, por sua vez, a expansão do território de atuação destes grupos no setor de saneamento básico.

É importante lembrar que no final da década de 1990 foram criados vários indexes no mercado de ações relacionados à água², tais como: o *Dow Jones, Water Index, Bloomberg World Water Index, Palisades Water Index e Pictet Water Fund*, proporcionando as referências e estrutura de investimentos em negócios relacionados à água, na qual atualmente participam grandes grupos transnacionais.

As sociedades anônimas, que podem participar deste mercado financeiro, em geral estão abertas a duas formas de investimento: elas podem atrair investimentos de carteira definidos como aqueles inferiores a 10% (que não dão poder de voto ao investidor) e que ocorrem via operadores nas bolsas de valores, ou podem atrair investimentos diretos que podem resultar em fusões ou aquisições por parte de uma empresa por outra, ou por parte de um grupo de empresas, comandado em geral por uma *holding*.

Atualmente, os principais ou maiores grupos transnacionais que atuam no setor são de origem francesa e inglesa, a exemplo do Suez. É importante lembrar que nestes países, mesmo com predomínio de populações com melhor condição de renda o processo de privatização ou de concessão dos serviços não ocorreu sem problemas, podendo ser citada a perda da capacidade de intervenção na gestão dos serviços pelas instâncias municipais e a ampliação das conexões políticas entre agentes privados e instâncias de decisão em detrimento do distanciamento da representação dos interesses públicos, conforme relata Britto (1998).

O acompanhamento da atuação do grupo Suez em Manaus, em pesquisa de doutoramento desenvolvida na USP, possibilitou a identificação de alguns padrões de atuação, dentre os quais a escolha dos locais de atuação e as estratégias de investimentos.

Reconhecer a atuação de um grupo transnacional como o Suez não é tarefa fácil, já que o grupo atua em diversos ramos distintos, como transporte, comunicações, energia, saneamento, agroindústria, etc. que podem ou não ser complementares. O reconhecimento das relações financeiras entre as empresas menores e a holding do grupo é bastante complexa, sendo possível, muitas vezes, somente pelo acesso aos relatórios financeiros ou balanços sociais.

A alteração de denominação também é prática adotada sistematicamente por parte destas corporações, sendo que a imagem da empresa pode ser transformada a partir das novas incorporações e fusões. Neste sentido, os escândalos e as más decisões das empresas podem ser facilmente “esquecidas” por meio da alteração da razão social.

Em 2000, o grupo Suez Lyonnaise des Eaux ainda figurava como holding do grupo, incorporando a subsidiária DRMA Empreendimentos e Participações, que venceu o leilão da concessão dos serviços em Manaus e intermediou a criação da empresa denominada “Águas do Amazonas”. A seguir, o grupo passou por modificações em sua denominação, sendo chamado de Suez até o momento, com associações e representações diversas nos diversos ramos de atuação. Em Manaus atualmente, a subsidiária “Solvi” é que detém o controle da empresa “Águas do Amazonas”, juntamente com a empresa Veja Engenharia Ambiental SA.

A dinâmica alteração de denominação está atrelada não somente a uma estratégia de revigoração da imagem do grupo, mas também ao próprio movimento dos capitais, já que as fusões e incorporações se traduzem em aumento do valor das ações de determinada empresa em detrimento de outras. É neste contexto, envolvendo possivelmente especulação financeira que os capitais ganham ou perdem valor.

A incorporação de investimentos em estrutura física também pode compor a valorização destes capitais. Sendo assim, em uma primeira aproximação, a aquisição de empresas sucateadas pelo Estado, contribuem para isto, já que se agrega valor a um baixo custo neste processo de incorporação.

² Ver. *A source of income*. In: “Water the issue”. Revista *Holland Herald*, nov. 2007.

Entretanto, as empresas adquiridas necessitam novos investimentos para que se tornem produtivas e isto pode onerar o grupo, principalmente no setor de saneamento que requer grandes e constantes investimentos em ampliação das redes, estações de tratamento, bem como em sua manutenção. O que ocorre é que pouco se investe em ampliação física, a exemplo do caso de Manaus, mas muito se investe em “manutenção dos sistemas”, com uso de estratégias de participação de empresas fornecedoras e como prestadoras de serviços pertencentes ao mesmo grupo.

Em análise do balanço apresentado durante dois anos das empresas subsidiárias do grupo Suez no Brasil (em Limeira e Manaus), foi possível observar que grande parte do endividamento era mantido com empresas do mesmo grupo, atuantes no Brasil ou na América Latina.

Esta é uma estratégia financeira que permite não somente o crescimento vertical de empresas do grupo, garantindo o estreitamento de relações entre elas e o fortalecimento da defesa de seus interesses, mas também, possibilita a remessa de divisas para o exterior por meio de engenharia financeira legalizada. Este tipo de estratégia também foi observado por Justo (2004), bem como por Capel (2000).

Outro padrão observado na análise deste grupo transnacional está relacionado à escolha do local de atuação. Pesam nesta escolha a capacidade de pagamento dos serviços por parte dos usuários e o tamanho total da população potencialmente a ser captada, bem como pesa a possibilidade do uso da imagem do local como ponto estratégico de controle da água no âmbito mundial, para obtenção de rentabilidade financeira e, pela possibilidade de uso do poder de gestão dos serviços para beneficiar o grupo.

Como ressalta Oliveira (2007) o uso da imagem de poder por meio da detenção da gestão de pontos importantes de ocorrência de água a viabilização de integração vertical de empresas do mesmo grupo são inovações da atuação de empresas ligadas aos serviços públicos essenciais que exigem uma análise mais aprofundada.

A importância da captação dos serviços de locais cuja imagem simbolize poder quanto à gestão da água em um contexto de perspectiva de escassez no âmbito mundial pode refletir positivamente como fator de atratividade de novos investidores em ações do grupo. Quanto a isto, a grande ocorrência hídrica da bacia amazônica e do Aquífero Guarani, para os casos de Manaus e Limeira, respectivamente, certamente influenciaram as decisões na atuação do grupo nestes locais.

A seguir é possível observar a posição geográfica de Manaus e Limeira no que diz respeito a sua relação com a potencialidade de exploração hídrica.

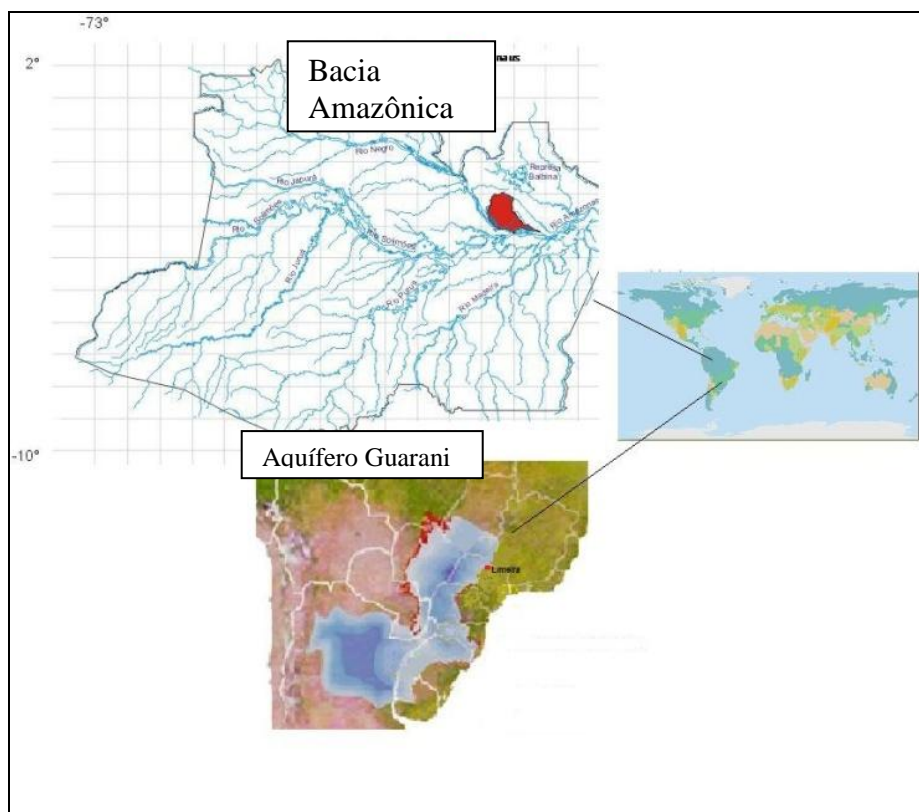


Figura 1 – Posição geográfica de Manaus

Fonte: (<http://www.daaearaquara.com.br/guarani.htm>)

Org. AUTORA, (2011)

Deve ser observado que a potencialidade de ocorrência hídrica com a possibilidade de gestão dos serviços não só é capaz de impulsionar o crescimento especulativo do valor das ações do grupo, como concretamente proporcionar outros benefícios às empresas ligadas ao grupo.

A gestão dos serviços de saneamento básico não só viabiliza a possibilidade de obtenção de lucro, mas, também, proporciona a atratividade de novos investidores por meio da atuação do grupo no mercado de ações pela via de bolsas de valores.

Enquanto que o processo de privatização dos serviços de saneamento básico possibilitou oportunidades lucrativas aos grupos transnacionais, a exemplo do grupo Suez em Manaus, a geração de conflitos também se amplia.

A resistência à ampliação das formas de expropriação urbana, traduzidas pela exclusão aos serviços de saneamento se dá, pela tentativa de burla do sistema. São comuns os chamados “gatos” ao longo das redes, que contribuem para ampliar ainda mais os índices de perda no sistema, ao mesmo tempo em que possibilitam a reprodução da vida inserida no modelo de cidade ilegal, irregular.

Em contrapartida, a empresa concessionária adota as altas tarifas como resposta ao aumento do “custo” com as perdas, e mantém com isto sua taxa de lucros com os serviços estáveis, onerando ainda mais as parcelas economicamente intermediárias da população.

Uma análise rápida sobre a evolução das tarifas em Manaus mostra que, entre o período de 1996 e 1999, ou seja, antes da privatização, os preços das tarifas acompanhavam os valores cobrados por outras empresas de porte semelhante. Entre 2000 e 2001, período em que houve a privatização dos serviços houve um rebaixamento dos valores das tarifas a preços menores do que os cobrados por empresas de mesmo porte e inferiores aos períodos anteriores. Contudo, logo após a consolidação do comando privado na gestão dos serviços, as

tarifas sofreram um grande incremento, passando a representar a partir deste período uma das mais altas do país. Os dados do SNIS para 2007 apontam, ainda, que entre as empresas privadas a “Águas do Amazonas” em Manaus aplicava a segunda maior tarifa do país (R\$2,80 p/m³), perdendo somente para os serviços em Paranaguá no Paraná (tarifa média praticada de R\$3,05 p/m³).

Se compararmos a tarifação da empresa em Manaus com algumas de empresas regionais brasileiras, conforme a tabela a seguir, observa-se que a mesma, a partir de 2002 se manteve sempre entre as mais altas.

Tabela 1. Empresas selecionadas - Evolução das tarifas médias aplicadas por serviços de água

Empresas	Valor das tarifas médias aplicadas nos anos										
	1996	97	98	99	00	01	02	03	04	06	07
COSAMA/ Aguas do Amazonas (Manaus)	0,84	1,15	1,04	1,11	0,83	0,81	1,61	1,17	2,15	2,34	2,80
CAERD/RO	2,70	1,06	1,38	1,57	1,70		1,42	1,79	2,25	2,39	3,16
DEAS/AC	-	-	1,27	1,26	0,95	0,96	1,04	0,99	0,94	0,89	0,86
AGESPISA/PI	0,85	1,02	1,20	1,32	1,42	1,19	1,17	1,26	1,23	1,74	1,82
SABESP/SP	0,88	1,01	0,98	1,12	1,19	1,24	1,33	1,46	1,61	1,93	2,02
CASAN/SC	-	-	1,19	1,21	1,29	1,37	1,51	1,61	1,80	2,39	2,43
CORSAN/RS	-	-	1,41	1,69	1,90	1,18	2,29	2,64	3,08	2,58	2,64

Fonte: SNIS – Diagnóstico anual/ Organização: Autor

Obs: (-) Sem dados fornecidos nas respectivas datas.

A última publicação disponível do diagnóstico é de 2008, que apresenta dados referentes a 2007.

Para a escolha das empresas supracitadas, a fim de comparação com a empresa COSAMA, substituída em 2000 pela empresa Águas do Amazonas, utilizou-se o critério maiores taxas cobradas pelos serviços no Brasil.

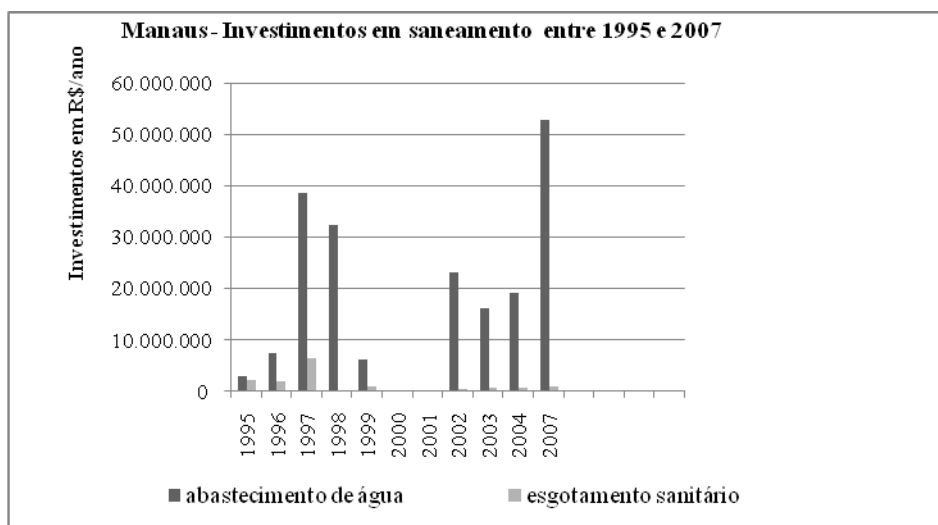
Em relação aos investimentos também é possível inferir por meio de análise dos dados que, apesar do aumento das tarifas, a empresa gestora dos serviços em Manaus somente recuperou o padrão de investimentos da antiga concessionária (Cosama) em 2007. Contudo, mesmo assim, os serviços em esgotamento sanitário (coleta e tratamento) continuam esquecidos, o que implica em deterioração da qualidade dos cursos d'água onde são despejados estes dejetos sem tratamento.

O comprometimento dos igarapés em Manaus já foi motivo de discussão em artigo da Fiocruz, como supracitado, na qual Marques (2005) aponta a contaminação por esgotos como sendo a principal causa para a elevada proliferação bacteriana.

A ausência ou oscilações nos investimentos em serviços de esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgotos) já era sentida anteriormente à concessão dos serviços à instituição privada, mas ficaram evidentes a partir de 2000, quando os mesmos praticamente estancaram.

O gráfico 1 a seguir mostra os investimentos (em reais) efetuados em serviços de abastecimento de água e esgotos em Manaus.

Gráfico 1. Manaus. Investimentos em saneamento básico entre 1995 e 2004.



Fonte: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto – SNIS – Sistema Nacional de Saneamento.
Organização: Autor

Entre os bairros que apresentam os menores índices de cobertura dos serviços e que apresentam maiores conflitos, inclusive com uso de ligações irregulares (gatos), constam aqueles ocupados densamente por população de baixa renda e situados em áreas distantes do centro, na direção Norte e Nordeste do município de Manaus. Podem ser citados os bairros de Terra Nova, Colônia Santo Antonio, Monte das Oliveiras, Cidade Nova e Jorge Teixeira, conforme pode ser observado no mapa 1.

Por sua vez, a fórmula das altas tarifas conjugada ao baixo poder aquisitivo e inadimplência da população, resultou em um quadro de exclusão aos serviços de água tratada e coleta e tratamento de esgotos que indicam forte contribuição aos índices elevados de doenças gastrintestinais do Estado do Amazonas.

Segundo o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde – Datasus, este tipo de doença representou em 2004 aproximadamente 13% das mortes por doenças infecciosas em Manaus. Ainda, sobre o baixo índice e involução registrada da cobertura de coleta de esgoto na região Norte entre 1995 e 2006, o economista Francisco Marcelo Rocha Ferreira do BNDES afirmou que se não fosse o bom funcionamento do sistema de vacinação brasileiro a mortalidade seria ainda maior.

UNCTAD (2004) deveria ser criteriosa, à medida que nem sempre a opção da intervenção privada é a melhor para o desenvolvimento do setor de saneamento básico. A decisão de transferência dos serviços à iniciativa privada segundo este relatório deveria considerar a renda das populações envolvidas, os custos de investimentos necessários e o possível retorno destes investimentos por parte dos investidores. Quando não são considerados estes aspectos, há riscos de conflitos em razão do repasse dos altos custos de investimentos às populações mais empobrecidas, diminuição das margens de lucros esperadas por parte dos investidores ou mesmo diminuição dos próprios investimentos.

Apesar da UNCTAD (2004) chamar a atenção para a complexidade dos fatos que envolvem a gestão privada dos serviços de saneamento básico, muitos programas de privatização já haviam sido implantados, a exemplo do caso brasileiro nos anos 1990, e do caso Argentino em 1993, seguindo as diretrizes do FMI e do Banco Mundial sem que a estrutura regulatória tivesse sido desenvolvida.

Somente em 2007 foram estabelecidas, por meio da Lei Federal n.11.445 diretrizes nacionais para o saneamento básico brasileiro, as quais apresentam avanços e também problemas. Os avanços dizem respeito às questões conceituais, quanto à integração do saneamento básico às políticas urbanas e ambientais. Deste modo, questões como a preservação de mananciais, drenagem urbana e disposição de resíduos sólidos passam a ser vinculadas às questões de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Os problemas estão relacionados à prática destas articulações, já que há dificuldades visíveis entre a comunicação e atuação complementar entre instâncias de gestão privadas e públicas.

Questiona-se, assim, a efetividade das políticas neoliberais no que diz respeito à adoção do paradigma da valorização econômica da água como forma de se alcançar a melhoria da qualidade e universalidade dos serviços de saneamento básico e, por conseguinte, da garantia da qualidade e quantidade dos recursos hídricos disponíveis.

É necessário observar, que apesar deste trabalho ater-se a discussão da atuação de um grande grupo privado transnacional, a iniciativa privada apresenta-se bastante heterogênea, sendo capaz também de repassar tecnologias avançadas e mesmo de conduzir ações de cunho ambiental desenvolvidas nos países de origem, como observado por Guedes (2000), mas estas ações dependem também de cobrança da sociedade civil. Como ressalta a mesma autora “os incentivos para que boas práticas sejam estabelecidas em parceria entre empresas e governos decorrem de pressões dos consumidores e da opinião pública” (p.53). Na ausência desta força de cobrança a prioridade dos grandes grupos econômicos é a de ampliar ainda mais seu capital. A forma mais rápida e eficiente tem se apoiado nas transações financeiras com forte centralização do capital por meio de aquisições, incorporações ou fusões e por meio das negociações financeiras entre empresas do mesmo grupo.

A água é vista por parte destes grupos como elemento de marketing utilizado para conquistar novos espaços de atuação e por meio destes, possibilitar a reprodução ampliada do capital em detrimento do pleno atendimento das necessidades coletivas como o alcance da universalização do acesso, bem como da equidade, regularidade do atendimento e modicidade das tarifas.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BAEVA, Olga. **Water Conflicts**. Oslo, Faculty of journalism, Library and Information Science. Oslo University College & International Peace Institute, 2002.

BANCO MUNDIAL. Gerenciamento de recursos hídricos. MMA, SRHAL, 1993.

BRITTO, Ana Lúcia. Experiências internacionais na gestão de serviços de saneamento: os casos da Inglaterra, da França e da Argentina. In: SANTOS JR., Orlando Alves dos, BRITTO, Ana Lúcia, PORTO, Hélio Ricardo Leite. **Políticas de Saneamento Ambiental: Inovações na perspectiva do Controle Social**. Rio de Janeiro: FASE, 1998.p.175-191.

BRITTO, Ana Lúcia. A regulação dos serviços de saneamento no Brasil: Perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública. Anais do IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR: Ética, planejamento e construção democrática do espaço, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, Vol.2, p.1080-1093, 2001.

CAPEL, Horácio. El agua como servicio público. A propósito Del Seminario Internacional Faire parler lês réseaux. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona, n.218, 22/03/2000. Disponível em: < <http://WWW.ub.es/geocrit/b3w-218.htm> > Acesso em 14/03/2005.

CASTRO, José Esteban. El control del agua y la formación de los derechos de ciudadanía en México: Una perspectiva de largo plazo. Actas del II CONGRESO EUROPEU DE LATINOAMERICANISTAS. América Latina: cruce de culturas Y sociedades. La dimensión histórica y la globalización futura. Halle- Alemanha: Thomas Bremer y Suzanne Schütz, 1999.

CLARKE, Robin e KING, Jannet. **O Atlas da Água**. São Paulo: Publifolha, 2005.

GERLAK, Andréa K. *One basin at a time: the global environment facility and governance of transboundary water*. Massachussets/USA, MIT Press Journal, 2007. pp.108-141.

GLEICK, Peter. **The human right to water**. **Water Policy**. Oakland/CA-USA, 1(5), p.487-503,1999.

GUEDES, Ana Lúcia. Repensando a nacionalidade das empresas transnacionais. **Revista de Sociologia e Política**, n.14. jun/2000.

JUSTO, M.C.D. de Mello. **Financiamento do Saneamento Básico no Brasil: Uma análise comparativa da gestão pública e privada**. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 2004. (Dissertação de Mestrado em Economia)

MARQUES, F. Igarapés de Manaus têm elevada contaminação bacteriana, 2005. Disponível em:< http://www.fiocruz.br/rccs/arquivosite/novidades/mai05/igarape_fer.htm> Acesso em maio/2011.

MARTINS, R. C. e VALENCIO, N. F. L. da S. Limitações da abordagem neoclássica como suporte teórico para a gestão de recursos hídricos no Brasil. In: FELICIDADE, N.; MARTINS, R.C.; LEME, A. A. (Orgs.) **Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania**. Cap.2. São Carlos – SP: RiMa, 2001, p.17-37.

MARTINS, R. C. e VALENCIO, N. F. L. da S. A concretude da moderna crise sócio-ambiental. In: MARTINS, R. C. e VALENCIO, N. F. L. da S. (Orgs.) **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasi: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003. p.21-34.

MARTINS, R.C. **A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo**. São Carlos, Escola de Engenharia Politécnica/USP, 2004. (Tese de Doutorado apresentado à escola de Engenharia de São Carlos da USP)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Datasus. Indicadores e dados básicos – Brasil – 2006. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/idb> . Acesso em agosto/2007.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Database, 2000. Disponível em: www.who.int/whosis/database/core/core_select_process.cfm > Acesso em fev/2007.

OMS - Organização Mundial da Saúde. Regional and global drinking water and sanitation coverage estimates. 2002. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/monitoring/jmp2005 annexes.pdf> Acesso em jan/2006.

OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. **Água e Saneamento Básico: A atuação do grupo Suez em Limeira e Manaus**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. 233 p. (Tese de Doutorado em Ciências - Geografia Humana).

PAUW, Jacques. Metered to death: How a water experiment caused riots and cholera epidemic. Washington DC: The Center for Public Integrity, 2003. Disponível em: <http://www.publicintegrity.org/water/report.aspx?aid=49> > Acesso em 28/11/07.

REBOUÇAS, A.da Cunha, BRAGA, Benedito e TUNDISI, J.G. **Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo, Escrituras, 1999.

REBOUÇAS, A. **Uso inteligente da água**, São Paulo, Escrituras, 2004.

RENNER, Michael. **Nacional Security: The Economic and Environmental Dimensions**, Washington, Worldwatch Institute, 1989. 78 p.

RIBEIRO, W.C. Água doce: Conflitos e segurança ambiental. In: VALENCIO, N.F. L da S. e MARTINS, R.C. (Orgs.) **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**, São Carlos: RiMa, 2003. p.71-77

SANT'ANNA. Lourival. Preço da água é um dos pivôs da crise – Em El Alto, cidade dormitório perto de La Paz, as contas atreladas ao dólar pesam cada vez mais nos pobres orçamentos da população. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 9 de março de 2005. Internacional p.A-11.

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F.(coord.) **A mundialização financeira**, São Paulo, Xamã, 1998. p. 141-180.

SILVA, Márcio Luiz. Características das águas subterrâneas numa faixa norte-sul na cidade de Manaus – AM. **Revista Escola de Minas**, v. 54, n.2, Ouro Preto, 2001.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI: Enfrentando a escassez**, São Carlos, RiMa, IIE, 2003.

TURTON, A.R. **Water wars in southern África: Challenging Conventional wisdom**. Geneva, Switzerland, Green Cross International, 2000.

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento. *The shift toward services. United Nation, World Investment Report*, 2004.

VARGAS, M. C. e LIMA, R. F. Concessões privadas de saneamento no Brasil: Bom negócio para quem? **Revista Ambiente & Sociedade** – Vol. VII, n.2, jul-dez, 2004.

VEIGA, José Eli da. **A emergência socioambiental**. São Paulo: Editora Senac, 2007.